

Economistas não querem o congelamento

Para combater a inflação, problema a ser enfrentado na primeira hora do dia 16 de março, os economistas dos quatro partidos que participaram do debate têm pelo menos uma concordância: não querem usar o congelamento. "Isto identificaria o novo governo com o velho", explica a professora Zélia Cardoso de Mello, assessora do PRN. O economista do PDT, César Maia, anuncia um programa de deflação rápida para ser implementado em 90 dias. "Não quer dizer que a inflação vai ser debelada neste período, mas certamente vai ceder". O PSDB, explicou o deputado José Serra, quer combater a inflação com regras de preços e salários através de um acordo entre empresários e trabalhadores como foi feito, com êxito, no México. O PT, segundo o economista Aloisio Mercadante, vai remontar o CIP, mas o controle de preços será feito através de câmaras setoriais como as que existem atualmente, só que com a participação dos trabalhadores e a inclusão dos salários nos temas em debate. "Do jeito que está é o acordo do pescoço com a guilhotina" ironiza Mercadante.

Maia defendeu seu partido argumentando que é justamente este programa de deflação rápida que diferencia o PDT dos outros. Esta estratégia terá quatro vetores: fiscal, cambial, monetário e defesa do emprego. Ele admite, porém, que o programa é recessivo. "Ninguém imagina que, num grande programa de estabilização, a economia vai crescer", pondera. No primeiro item, Maia promete ter superávit primário nas contas do governo (descontando os gastos financeiros) através da centralização de todos os caixas, um grande aumento das tarifas públicas, antecipação da arrecadação.

No segundo, uma correção cambial, importações mais flexíveis e renegociação da dívida externa. No terceiro, o controle monetário mais rígido, que englobe também a expansão das contas remuneradas, do dinheiro que circula no overnight e o que está aplicado em CDBs. O quarto vetor, defesa de emprego, é uma proposta de proteger o trabalhador do desemprego: durante um ano os empresários serão obrigados a pagar três meses de salário ao trabalhador demitido. Ele denominou este programa de "seguro desemprego provisório".

Estabilização — O economista José Serra, do partido do candidato Mário Covas, alerta que um programa de estabilização, necessário para o país, poderá ter um custo social alto e por isto propõe uma regra para preços e salários negociada entre trabalhadores e empresários. Serra diz que haverá um período de "alívio" e outro de "estabilização" propriamente dito. Neste primeiro período de queda da inflação estas regras de preços e salários são indispensáveis. "Mas este alívio só vai se transformar em vitória efetiva se houver uma política fiscal, monetária e de câmbio adequadas." Serra acredita que o "congelamento, dada a frustração das três alternativas anteriores, não é um recurso adequado".

Zélia Cardoso de Mello, do partido do candidato Fernando Collor de Mello, diz que o combate à inflação é prioritário, mas se propõe a fazê-lo de tal forma que "sinalize crescimento", apesar de admitir que o ajuste será recessivo. Para isto acha que algumas propostas precisam ser feitas como a reforma fiscal, com eliminação de todos os incentivos e subsídios e o combate à sonegação que chega, segundo ela, a quase 5% do PIB, ou 40% da receita. Na reforma do Estado, com redução dos ministérios, extinção de órgãos e combate ao duplo emprego que, pelas suas contas, daria uma economia de US\$ 6 bilhões. O programa de estabilização vai demandar um ano e meio.

O economista Aloisio Mercadante acha que é difícil definir as medidas específicas do primeiro momento, porque ainda não está descartada a hipótese da hiperinflação. "Nós temos pela frente quatro meses de grande incerteza e dificuldade". Defende a tese de que no programa de estabilização há dois caminhos: o neoliberal, e o do PT, que quer a manutenção do Estado como coordenador do processo econômico. "Temos que recuperar o planejamento, porque no Brasil o Estado não organiza a Nação".

O partido propõe a vinculação da política salarial a metas de combate à inflação, negociadas em fóruns de trabalhadores e empresários com o governo. Contra os oligopólios e as reservas de mercado disfarçada o PT propõe um remédio: "mercado neles". Exemplo disso é a das montadoras do ABC que teriam que enfrentar a concorrência de novas montadoras estrangeiras chamadas a se instalar no país.